



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Regina Pontes Marçal ¹

RESUMO

O presente artigo teve como tema o estudo central “A Teoria das Representações Sociais”. O objetivo principal desse artigo é compreender como surgiu e qual a importância da Teoria das Representações Sociais nos estudos de gênero a partir das relações sociais vividas pelos grupos no interior da sociedade. Para tanto, fazemos um resgate da produção bibliográfica em torno dessa temática abordando aspectos históricos, conceituais e características em torno desse conteúdo, incrementando ainda, como parte da metodologia proposta, elementos de discussão das identidades coletivas e individuais no contexto da violência de gênero. Para concluir, nas considerações finais, fazemos um balanço positivo da conexão entre a teoria das representações Sociais e as teorias feministas

Palavras-chave: Feminismo, Teoria das Representações Sociais, Relações Sociais, Violência de gênero

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o que é, como surgiu, e qual a importância da Teoria das Representações Sociais para a compreensão da realidade social, sendo a Teoria das representações sociais uma grande teoria que quebra paradigmas ao longo das décadas. A teoria das representações Sociais é considerada uma teoria psicossociologia com estudos de fenômenos complexos e do senso comum, os processos comunicativos são expressivos e nós possibilita compreender fenômenos de exclusão, com marcadores, que é a ideia que a realidade social é construída e nós constrói. Neste sentido o artigo irá em seus três capítulos abordar a História das Representações Sociais e Suas Contribuições nas Relações Grupais.

¹ Graduando do Curso de Bacharelado em ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, reginamarcal20111@hotmail.com.

As Identidades Coletivas e Individuais nas Relações Sociais no Contexto da Violência de Gênero no Brasil e As Representações Sociais da Mulher Latino Americana no Contexto Peruano finalizando com as contribuições da teoria das Representações Sociais na abordagem societal em Doise. Para entendimento da violência contra as mulheres que se estrutura no patriarcado, machismo, sexismo e capitalismo. Os paradigmas do materialismo científico e o individualismo cartesiano. Costuma-se dizer que a psicologia “científica” começou com Wundt pelo fato de ter sido ele o primeiro a montar um laboratório para experimentos em Leipzig, pode-se também dizer que foi lá que iniciou a psicologia social sendo um alongamento desta teoria na mesma lógica no quadro da modernidade com seus pressupostos metafísicos, epistemológicos e éticos (GUARESCHI,2010).

Moscovici discute essa questão da psicologia das massas e mostra como os psicólogos sociais se distanciaram desse campo por acharem que esses estudos eram mais populares que científicos, ele também aponta os riscos desse desinteresse. Moscovici lança o “O escândalo do pensamento social” em resposta ao individualismo cartesiano que vários teóricos usaram como base para rejeitar o social e cultural como inferior e anormal. Se acompanharmos o histórico do campo de pesquisa, teremos de nos voltar à relação da representação com a ciência e a sociedade. De fato, Moscovici retomou o conceito de Durkheim, para dar a psicologia social objetos e instrumentos conceituais que permitisse um conhecimento direto e contato direto com as verdadeiras questões colocadas pela vida social. (JODELET,2012).

Moscovici explica os fenômenos cognitivos a partir das divisões e interações sociais em particular o papel da comunicação social em três níveis: a. Ao nível da emergência das representações cuja condições afetam os aspectos cognitivos; b. Ao nível dos processos de formação das representações sociais, a objetivação e a ancoragem que explicam a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício nos planos de organização dos conteúdos. C. Ao nível das dimensões das representações relacionadas à edificação da conduta: opinião, atitude e estereótipo, sobre os quais intervêm os sistemas de comunicação midiáticos.

Dito isto, é preciso resgatar, em princípio, o debate desenvolvido pelas teorias feministas, pois elas apresentam os pressupostos fundamentais sobre os quais se estruturam muitas representações sociais sobre a “Mulher”. Sendo assim, a análise de Joan Scott na

produção “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, define gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primeira de significar as relações de poder, como proposto por feministas que acreditavam na transformação fundamental dos paradigmas. Segundo ela, essa categoria de análise passou a ser utilizada mais seriamente apenas no fim do século XX, em um momento de questionamentos e reivindicações sociais diversas, nas quais, constava a necessidade de relacionar a categoria de gênero com as dimensões de classe, raça e etnia porque permitiam compreender outras naturezas e sentidos para suas opressões, percebendo que as desigualdades estão organizadas principalmente nessas três dimensões.

METODOLOGIA

A metodologia usada nesta pesquisa foi quantitativa com um viés bibliográfico, com objetivo de reunir as informações que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir da Teoria das Representações Sociais e os Estudos sobre Gênero.

DESENVOLVIMENTO

Entender o feminismo é verificar como acontecem as múltiplas formas de violências e opressões que as mulheres sofrem em todas as partes do mundo de forma naturalizada pelo sexo oposto (masculino) legitimado pela cultura patriarcal, machista e sexista. O feminismo é uma criação do mundo moderno pois antes do século XIX não existia o termo, mas já existia experiências de lutas e resistência por direitos iguais entre homens e mulheres.

Um resgate histórico que as feministas na contemporaneidade vem expor para sociedade com outra leitura é a “Caça às bruxas” no qual centenas de mulheres foram condenadas à morte na fogueira pelo fato de serem mulheres e exercer algum tipo de atividade de trabalho autônoma ou manifestar interesse sexual em algum homem do clero ou poderoso da época. “Com a ascensão da Igreja Católica, o patriarcado imperou, até mesmo porque Jesus era um homem. Neste contexto, tudo o que a mulher tentava realizar, por conta própria, era visto como uma imoralidade” (ALAMBERT, Ano II: 7). A caça às bruxas durou por mais de quatro séculos entre 1450 a 1750 na Europa até a ascensão do iluminismo no século XVIII, sendo que a última fogueira foi acesa em 1782 na Suíça.

A “caça às bruxas” admitiu diferentes formas, dependendo das regiões em que ocorreu, porém, não perdeu sua característica principal: uma massiva campanha judicial realizada pela Igreja e pela classe dominante contra as mulheres da população rural (EHRENREICH & ENGLISH, 1984, p 10)

Quem eram as bruxas? Eram mulheres da população rural, camponesas que exerciam atividades para população tais como enfermeiras, curandeiras com conhecimento das ervas medicinais e preparos/manipulação das ervas para tratamento de doenças, parteiras, exerciam um papel social de médicas sem título com alto reconhecimento da comunidade pobre e seu conhecimento era passado de forma empírica para outras mulheres da comunidade e membros de sua família como as filhas.

O conhecimentos medicinal e o prestígio que essas mulheres tinham eram uma afronta ao patriarcado além das mulheres que foram jogadas na fogueira por sua beleza e não se submeter aos assédios dos homens casados e dos padres, o fato de sua beleza trair algum desses homens seria sua pena de morte, centenas de mulheres foram condenadas pelo fato de ser mulher, onde toda a culpa da violência sofrida a própria mulher era imputada a mulher. Foi criado toda uma representação social negativa, endemonizando as mulheres que eram contra o sistema vigente que foram denominadas de “bruxas”, essas representações sociais criadas pelo senso comum e legitimadas pela igreja e instituições políticas da época para manutenção do patriarcado, no qual milhares de mulheres foram jogadas na fogueira pelo fato de serem mulheres .

Com iluminismo e revolução Francesa outros marcos histórico surgiu protagonizado por uma mulher francesa ela foi uma defensora da democracia e dos direitos das mulheres Olympe de Gouges (1748-1793) em 1791 escreveu um documento criticando a Declaração da Revolução Francesa intitulada “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, sua carta intitulada “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, criticava a autonomia e autoridade masculina e a opressão sofridas pelas mulheres e sua invisibilidade social. Por esse motivo, a revolucionária foi executada em Paris, dia 3 de novembro de 1793. No entanto, sua morte, considerada um marco do feminismo no mundo, fez surgir diversos movimentos feministas posteriores(WOLLSTONECRAFT, 2018).

No Brasil vamos pensar nas representações sociais a partir da relação de trabalho pela divisão sexual do trabalho. Fica claro como é desigual essa divisão entre homens e mulheres e como por muitos séculos foi culturalmente aceito e legitimado pelas representações sociais de muitas culturas inclusive a brasileira.

As mulheres trabalham mais, ganham menos (quando está inserida em empregos formais ou informais), além da força do trabalho gasta no emprego ganhando menos que os homens na mesma função ou não, as mulheres ainda foram dadas pelo patriarcado, machista, capitalista toda a responsabilidade dos trabalhos domésticos e os cuidados com os filhos e familiares, proporcionando as mulheres várias jornadas de trabalho ao longo do dia.

É uma estrutura estruturante do capitalismo penosa, cruel e machista para manter a lógica de dominação de um gênero sob outro gênero (homens x mulheres), ou seja, a divisão sexual do trabalho não é justa, pois o sistema capitalista patriarcal não deseja mudar essa relação de poder, romantizando (rótulo) a mulher como “a cuidadora”, “a delicada”, e quem nunca ouviu. – Cuidar de crianças são coisas de mulheres!, - Mulher que tem jeito pra cozinha! – Minha mulher não trabalha é do lar!

São exemplos do cotidiano que parecem inofensivos, porém, reafirmam o machismo e a violência contra as mulheres em todas as interfaces (física, simbólica, psicológica, patrimonial, etc). Foi uma construção social que a teoria das representações sociais de Moscovici contribui para compreender esses fenômenos de exclusão, violência e objetificação da mulher.

A violência é um fenômeno social que existem em todas as sociedades, todavia as mulheres sempre foram às vítimas silenciadas, privadas de defesa e proteção do Estado, pois como a mulher era tratada como propriedade privada (pose) do seu pai ou marido, não teriam direitos de defesa e punição de seus agressores. Até poucos anos atrás os casos de violência contra as mulheres no Brasil eram tratados apenas como simples brigas conjugais, quando levadas as instituições legais (delegacia, juizados), o parâmetro era fazer a reconciliação do casal e não punir o agressor.

Inicialmente pela análise da representação sociais mulher e trabalho foi verificado que as mulheres é depositado socialmente uma carga super faturada (o peso do trabalho leve) de atribuições socialmente ligadas ao “cuidado” com a família e ao trabalho doméstico e criação dos filhos, acrescido do emprego remunerado para sustento próprio e familiar, acrescida “a culpa” pois fique certo qualquer problema ocorrido no cerne familiar a culpa será atribuída a mulher exemplo: -O marido está com uma amante!- A culpa é da esposa, pois não dá atenção suficiente ao marido, não era boa na cama, não estava bonita e atraente blá, blá, blá... - Que mulher nunca ouviu esse relato? –O filho está com notas baixas na escola! A culpa é da mãe, pois não ensina as tarefas aos filhos! – Seu filho está envolvido com drogas! – A culpa é da mãe que não educou bem! Estas são frases reais que trazem consigo uma violência absurda para todas as mulheres (PAULILO, 1987).

A representação Social – Identidade Segundo Silva (2000), parte de uma cadeia de negações, de diferenças, e afirmações sobre a diferença também dependem de uma cadeia de identidades nos atos de criação linguística do mundo social produzidas no discurso, em textos e interações. A identidade e a diferença no discurso traduzem conflitos de poder entre grupos assimetricamente situados.

A criação de diferenças e a subversão ou ofuscação de diferenças entre objetos, entidades, eventos e atores sociais em representações são aspectos do processo social contínuo de classificação (Fairclough, 2003). Desta forma a sociedade produz e utiliza classificações na investigação de relações de dominação – o privilégio de atribuir valores aos grupos classificados. É por meio da representação que identidade e diferença ligam-se a sistemas de poder, questionar identidades e diferenças e assim questionar os sistemas legitimados que lhes servem de suporte na atribuição de sentido em contextos de poder do homem ante a mulher.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Psicologia Social, Moscovici se interessou em compreender como o conhecimento é produzido, mas principalmente em analisar seu impacto nas práticas sociais e vice-versa. Em suas próprias palavras, interessou-se no "poder das ideias" de senso comum, isto é, no "estudo de como, e por que as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em práticas (Moscovici, apud Duveen, p.

8). Em síntese, preocupou-se em compreender como o tripé grupos/atos/ideias constitui e transforma a sociedade.

A reflexão de Moscovici é compreender como a produção de conhecimentos plurais constitui e reforça a identidade dos grupos, atos e ideias, como influi em suas práticas e como estas reconstituem seu pensamento.

Os papéis tradicionais de gênero partem de um relacionamento hierárquico entre homens e mulheres, no qual homens e o masculino ocupam a posição dominante, em um sistema de organização social chamado sistema patriarcal, e que é representativo de numerosas sociedades, incluindo estereótipos relacionados com atos de violência sexual: por um lado, é visto como um ser frágil, vulnerável, passivo, dependente do homem e de seus desejos; e, por outro lado, ele é considerado sedutor e provocador, incitando homens a agir com violência pela ideologia de dominação ante a mulher vulnerável.

A persistência na manutenção dos papéis e ideais tradicionais de gênero, associados a um sistema patriarcal e enraizados em representações sociais, acabariam por sustentar os mitos sobre a violência sexual. Ao mesmo tempo, a inconsistência discursiva observada poderia explicar fatores ambivalentes que entram em jogo na expressão de formas de preconceito associadas à manutenção de mitos sobre violência sexual. Isso pode estar associado a uma tendência a uma visão menos preconceituosa ou agressiva dos papéis de gênero, especialmente em participantes mais jovens.

Nesse sentido, a relação com formas de preconceito sexual, como o sexismo ambivalente, seriam relevantes para pesquisas futuras no tocante à violência de gênero que não somente é vivenciado no Peru, como também, é vivenciado diariamente no mundo todo, principalmente em países pobres, com destaque nos países da América Latina onde o conservadorismo dos costumes patriarcais e ideologias machistas prevalecem e diante isto os movimentos feministas são de plena importância para erradicar ideologias negativas e injustas de que a sociedade feminina está representada por mulheres frágeis e incapazes de realizar atividades cognitivas iguais aos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Representações Sociais construídas acerca da mulher foi legitimada inúmeras violências de gênero coloca a mulher em todas as esferas sociais em posições subalternas, submissas, inferiores e acima de todas em situação de risco de sofrer feminicídio. Essa relação que até hoje mesmo após a revolução industrial, sufrágio universal, movimento feminista para empoderamento e luta pela equidade de gênero existem muitos degraus a subir para conquistar equidade e principalmente a proteção das vidas das mulheres que morreram e morrem pelo fato de serem mulheres, vítimas de feminicídio, mortas por seus companheiros, pois, para eles (homens) ainda as mulheres são vistas como propriedade privada, objeto de consumo e prazer, sem voz, sem escolhas e fugir dessa lógica para muitas serão o fim “feminicídio.

Os estudos da teoria das Representações Sociais de Moscovici favorecem a entender a construção simbólica desses processos de exclusão e violência contra mulheres e o processo de resistência das mulheres e suas conquistas ao longo da história da humanidade bem como as mudanças das Representações Sociais de “gênero” nas interações grupais, no fortalecimento das identidades dos diversos grupos de mulheres (negras, indígenas, brancas, quilombolas, ciganas, etc).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Maria de oliveira. Abordagem Societal das Representações Sociais. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/05.pdf>. Acesso em: 14/10/2019.

ALAMBERT, Zuleika. Por uma nova imagem. Educação & Cultura – Diário Comercial, Ano II, nº 48.

JODELET, D. (1988). La Representación Social: Fenómenos, Concepto y Teoría. En Psicología social (pp. 481-494). Barcelona: Paidós.

MOSCOVICI, S. (1961). El Psicoanálisis, su imagen y su público. Buenos Aires: Huemul.

MOSCOVICI, Serge; La psychanalyse, son image et son public, Paris: images masculines et feminines. Grenoble: PUC, 1988.

MOSCOVICI, S. Representações Sociais – Investigações em Psicologia Social. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. Representações Sociais. Psicologia Social. Petrópolis, Vozes, 2017.

PAULILO, M. O peso do trabalho leve. Ciência Hoje. Rio de Janeiro. 1987. 5 (28), p. 64-70.

SILVA, T.T. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. São Paulo: Editora USP, 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação Dos Direitos da Mulher. Ed. Boitempo, 2018.